

A SOLUÇÃO INSATISFATÓRIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 15.10.1978

Hoje o Congresso deverá estar confirmando a escolha do Gen. João Batista Figueiredo para a Presidência da República. Obviamente o primeiro significado deste fato é o de um passo atrás no sentido da redemocratização do país. A eleição de um candidato de oposição, por um colégio eleitoral que subitamente se libertasse de suas peias, era uma esperança de redemocratização em curto prazo, que em certo momento pareceu possível. Foi baseado nessa possibilidade que a candidatura do Gen. Euler Bentes Monteiro foi lançada pelo MDB. Toda a nação, a partir da burguesia até os trabalhadores, clamava por democracia. Depois do pacote de abril, a imposição de um candidato a presidente e a escolha arbitrária de governadores e senadores biônicos indignava o país. Sob pressão da sociedade civil e em particular da burguesia, poder-se-ia esperar que os deputados e senadores arenistas menos tímidos e subservientes seriam capazes de dar a vitória ao candidato da oposição.

Tudo indica, entretanto, que o lançamento do Gen. Euler constituiu-se em um erro estratégico, na medida em que ele não alcançou o apoio da burguesia, e em consequência não logrou abrir brechas nas fileiras da Arena. O fato de ser um militar e não um civil e o apoio que obteve da esquerda foram provavelmente os dois fatores que afastariam a burguesia do Gen. Euler. É significativo observar que, dentro do próprio MDB houve grandes restrições ao lançamento de sua candidatura pelos elementos moderados, ou seja, pelos mais legítimos representantes da burguesia dentro do partido. A pesquisa publicada por Veja junto a 700 empresários, revelando que 57,8% dos empresários apoiavam o Gen. Figueiredo contra 34,5% de apoio para o Gen. Euler, demonstra claramente que a burguesia não se solidarizou com o candidato de oposição.

Enquanto falhava a estratégia do MDB, a do Governo, baseada nas reformas, na liberalização da imprensa, era bem sucedida. Com essas medidas o Governo atendia limitadamente o pleito da redemocratização, ao mesmo tempo em que todas as promessas de liberdade e bem estar para todos eram feitas pelo candidato escolhido. A

burguesia, entre a segurança de uma redemocratização limitada e as incertezas de uma abertura maior, preferiu a primeira alternativa. E é óbvio que as empresas multinacionais sentiram-se aliviadas com uma escolha prudente.

Significa isto que o pacto político entre a tecnoburocracia estatal, a burguesia e as empresas multinacionais foi restabelecido? De forma alguma. Essa aliança já entrou em colapso há algum tempo. A continuidade política representada pela confirmação do Gen. Figueiredo dará certamente algum alento ao pacto. A hora do adesismo já chegou para uma burguesia sempre dependente do Estado. E durante algum tempo provavelmente teremos a impressão de que o pacto foi restabelecido.

Mas é óbvio que a confirmação por um colégio eleitoral ilegítimo de um candidato imposto não tem o condão de restabelecer uma aliança de classes que já perdeu viabilidade histórica nos termos excludentes em que foi definida. Não são algumas medidas parcialmente encasteladas em uma oligarquia tecnoburocrática estatal, civil e militar, e na alta burguesia apoiada no Estado, que irão legitimar um sistema político que perdeu razão de ser.

A estratégia da burguesia para alcançar o poder com mais autonomia é a redemocratização. Classe economicamente dominante e ideologicamente hegemônica, a burguesia não é politicamente hegemônica, não controla o aparelho do Estado, não é capaz de transformar-se em classe dirigente. Neste episódio sucessório está perdendo mais uma oportunidade, e continuará sob a tutela da tecnoburocracia militar. Suas lideranças políticas falharam, ela própria acovardou-se; o Governo agiu sem hesitar, as velhas raposas políticas da Arena transformaram mais uma vez a falta de princípios em habilidade política.

Mas se a tutela política continua, ao mesmo tempo em que não há condições para um retorno ao clima de milagre econômico, é claro que as duas causas fundamentais da crise política, do ponto de vista da burguesia, continuava de pé.

Enquanto isso, ao nível da tecnoburocracia há muito já deixou de haver qualquer consenso. A tecnoburocracia civil preocupava-se com a perda de eficiência do sistema; a tecnoburocracia militar constata a desmoralização e crescente instabilidade do regime. Concentração excessiva de renda, autoritarismo, corrupção generalizada, incapacidade

de identificar os interesses nacionais começam a ser vistos por amplos setores da tecnoburocracia como as causas da perda de eficiência e segurança do sistema político.

Por outro lado, através da escolha do Gen. Figueiredo e do aparente restabelecimento do pacto político entre a tecnoburocracia e a burguesia, os grandes prejudicados são os trabalhadores, que, assim, continuarão a não ter participação no processo político. Uma característica essencial do pacto político vigente é seu caráter excludente. Ora, tornar-se obvio para todos que o grande crescimento numérico ocorrido nos últimos vinte anos dos trabalhadores urbanos e da baixa tecnoburocracia pública e privada, constituída por pequenos funcionários, professores, bancários, comerciários, etc. Mais do que isto, é evidente o desenvolvimento da consciência política popular. Isto significa que nenhum pacto político poderá ter legitimidade no Brasil sem a participação dos trabalhadores. Não é por outra razão que a burguesia, através de seus líderes mais expressivos, vem propondo tão insistentemente o restabelecimento de um pacto político com os trabalhadores.

Concluiu-se desta análise que a nova lua de mel entre a burguesia e a tecnoburocracia será curta e parcial. Será sempre parcial porque burguesia e tecnoburocracia estão divididas e confusas. Será curta porque, provavelmente já em 15 de novembro voltará a tornar-se patente a ilegitimidade do Governo. Nesta data os trabalhadores, ainda que sem o acesso livre à informação, irão manifestar mais uma vez seu protesto. Este protesto talvez não seja tão grande, e certamente não será tão surpreendente quanto o de 1974. Depois disso o Governo estabilizou a política salarial, paralisando o processo concentrador de renda, e liberalizou parcialmente o regime. É preciso admitir que estas duas medidas, ainda que, tomadas sob pressão, renderão dividendos ao Governo. Mas é claro que as concessões aos trabalhadores foram muito pequenas. Não apenas eles continuam excluídos do processo político, como esta reunião do colégio eleitoral deixa patente, mas marginalizados no plano econômico, e reprimidos na área sindical. A vitória do MDB nas eleições, portanto, apesar das limitações da lei Falcão, continua muito provável. A confirmação do Gen. Figueiredo não soluciona nem ameniza a crise política, apenas a aprofunda.(15/10)